

A INTERVENÇÃO DOS "MONUMENTOS NACIONAIS" NOS EXTINTOS MOSTEIROS DE AROUCA, LORVÃO E S. BENTO DE CÁSTRIS

Miguel Jorge Tomé

ABSTRACT: The restorations and transformations made by "National Monuments" in the cistercian nunneries of Arouca, Lorvão and Cástris, reveal a progressive in-depth development of methodologies used to rescue heterogeneous built complexes which were nucleus of vast domains and repositories of considerable works of art.

Once surpassed the historic propositions that ruled a number of much highlighted restorations of medieval monuments, building interventions by the "National Monuments" have been targeted towards a functional exploitation of architectural structures in compliance with a policy of socially orientated programmes – much in the spirit of the contemporary principles advocated by Riegl.

With the exhaustion of all ideological premises that used to rule interventions works came the end of a cycle, its ultimate expression being the legate of the last heritage restoration policies of the "National Monuments". The parameters of this cycle can be defined by the inflamed creed of the nationalism paradigm, rooted in the enactment of a mild classicism and the myth of the vernacular "Portuguese House" reawakened by the spirit of the 1940s Centenary Commemorations, and the disciplinary proliferation occurred during the 70s that opened unforeseeable paths towards the future in looking afresh into the past.

1.

As acções de restauro-transformação dos mosteiros cistercienses femininos de Arouca, Lorvão e Cástris, efectuadas no quadro burocratizado dos "Monumentos Nacionais", apresentam como especificidade o aprofundamento de metodologias de intervenção sobre conjuntos arquitectónicos polissémicos, entendidos por um lado como integrantes de unidades ter-

ritoriais vastas e, por outro, como densos contentores de obras de arte. Superada a importância do argumento historicista que enformou alguns mediáticos restauros de monumentos medievais, estas operações apelam ao valor de uso e ao correspondente valor riegliano de contemporaneidade na proposição de novas funções de alcance social.

Esgotadas as premissas ideológicas que fundamentaram as três operações, reconhece-se nestes processos o fim de um ciclo, balizado entre a cristalização doutrinária do paradigma nacionalista (fundado na recuperação de um suave classicismo e no ressurgimento do mito da vernácula "casa portuguesa" que se seguiu às Comemorações Centenárias de 1940) e a contaminação disciplinar que, nos anos 70, permite lançar novos olhares sobre o passado, abrindo insuspeitas promessas de devir.

2.

Incumbido pelo Governo da realização do inventário dos cartórios de alguns mosteiros, Alexandre Herculano empreende em 1853 uma viagem pelo centro do país, dirigindo-se no dia 15 de Julho de 1853 para Lorvão. De acordo com o relato da parte final deste percurso, que o historiador registou no seu diário de viagem, "...o mosteiro só se descobre ao chegar a elle, pela sinuosidade da descida ingreme e pelo revolto da encosta. O valle pode comparar-se ao calice de um lirio ? [...] rasgado por um lado: é a rotura por onde saem as aguas da bacia."¹. O edifício conhecido por Alexandre Herculano não seria muito diferente do conjunto fotografado por Carlos Relvas² cerca de vinte anos mais tarde: uma construção tardo-clássica desomamentada e chã que remetia para o interior as mais interessantes experiências espaciais associadas a densos programas decorativos. Um grande palácio de fachadas longas e planas, com janelas alinhadas e ritmadas de acordo com as necessidades do programa e que, apesar da aparente uniformidade estilística e formal do conjunto, constituía uma síntese de complexos e constantes processos de transformação espacial e funcional. As sucessivas modificações que sofreu foram no geral absorvidas dentro duma matriz volumétrica estilisticamente rígida, determinada pelo recurso a gramáticas académicas de registo classicizante e pelo poderoso gesto unificador do conjunto formado pelo grande volume linear do dormitório e da enfermaria.

Encostando ao ponto de quebra destas alas ficava o núcleo principal do mosteiro, constituído pelo claustro e pela igreja que se afirma paisagística-

mente pela pontuação vertical da cúpula. Outros corpos seguiram a direcção do dormitório, criando pátios secundários. O muro da cerca que, no lado norte, alinha pela ribeira e fechava o adro, absorvia, para além de férteis plataformas fluviais, parte de três encostas contíguas, ocupadas por mato. O terreiro era o espaço privilegiado de acesso ao mosteiro. Envolvido em dois lados pelas longas fachadas do mosteiro, organizava-se como grande praça urbana que articula vários edifícios³.

Concluídos os trabalhos na região de Coimbra, em 1854 Herculano retoma a tarefa do inventário, desta vez reservada a mosteiros nortenhos. De Lisboa parte em direcção ao Porto e daqui para Arouca, onde chega, após atravessar largos vales que "igualam em belleza a Cintra, e excedem-na na vastidão [...]"⁴, no fim do dia 21 de julho. Facto marcante e regulador da paisagem, visível desde longe visível pelo viajante que se aproximava, o mosteiro apresentava-se como uma massa de construção estruturada em torno de vários pátios desenhando um grande contentor compacto, de forma prismática, ao qual se adossavam dois volumes menores que, projectados sobre o território circundante, criavam a necessária gradação de carácter dos espaços exteriores públicos e privados essenciais para a vivência quotidiana do mosteiro⁵. Formando um destes braços e destacando-se do restante conjunto regular pela cêrcea e pela escultórica diferenciação de volumes, a igreja reproduz o esquema tipológico do templo de Lorvão, solução recorrente nos templos monásticos femininos pós-tridentinos⁶. O terreiro, de planta rectangular, era envolvido em três lados respectivamente pelo edifício conventual, pela tulha e pela Casa dos Piores e encerrado do aglomerado por um alto muro onde se rasgava axialmente um portão monumental. Daqui partia a cerca do mosteiro que, ligando ao topo da igreja, envolvia um terreno de quase quatro hectares, cortado longitudinalmente por um canal de irrigação⁷.

Estas viagens ao interior duma nação ainda percorrida por fantasmas da velha e obsoleta ordem social, realizada num momento de transição-ruptura, política, ofereceu ao historiador o retrato melancólico de instintos monásticas condenadas ao desaparecimento. Sensibilizado com a angustiada miséria das religiosas, expropriadas dos bens fundiários e dos rendimentos que sustentaram a casa monástica durante séculos, Herculano não esconde o fascínio e piedade pelas ruínas da velha *civitas dei* cujos edifícios "duravam mais que a moessa fé"⁸, lançando então o repto: "Peço esmola para as freiras de Lorvão, que foram ricas e felizes na mocidade, e que na velhice têm fome. A velhice é Santa"⁹.

De facto, verificada a incompatibilidade entre a estrutura monástica e a ideologia social e política liberais, tinha sido, já em 1834, decretada a extinção das ordens religiosas acompanhada pela desamortização e incorporação dos bens dos mosteiros masculinos na fazenda nacional e posterior venda em hasta pública¹⁰. Os institutos femininos conheceriam no entanto um destino diferente. Extintos só após a morte da última freira, o que remete já para finais do século a desamortização das suas propriedades, ficaram em posse do Estado. Foi precisamente este o destino dos três mosteiros abordados neste estudo.

Em 3 de Julho de 1886 morria a última abadessa do mosteiro de Arouca, pelo que os seus bens, que desde 1859 se encontravam inventariados¹¹ entram na posse da fazenda. À junta de paróquia de S. Bartolomeu foi concedida a igreja, coros, ante-coros e dependências¹², ficando a recém instituída Real Irmandade de Santa Mafalda com a tutela dos objectos artísticos do mosteiro. Os restantes espaços foram sendo apropriados anarquicamente e espartilhados entre serviços públicos (repartição dos correios e telégrafos, hospital da Misericórdia) e privados (alguns sectores foram utilizados como armazém, habitação, lojas e cinema).

Lorvão foi extinto em 1887 e desde logo ocupado por habitações e pequenas unidades de indústria artesanal de palitos (instaladas no dormitório grande) e, desde 1922, pelos correios. A Casa dos Piores seria transformada em escola.

Concebidos originalmente como organismos encerrados, estes mosteiros viram-se agora invadidos por usos eminentemente públicos e laicos, que os vinculava à dinâmica social e económica das povoações, no interior da qual passaram a constituir importantes referentes físicos. O confronto entre a velha cidade de Deus e a cidade dos homens resolveu-se definitivamente a favor da esfera pública e laica. A transformação do terreiro de Arouca, antigo espaço de transição entre a clausura e a povoação, assinalada com a destruição em 1924 da cintura delimitadora, possibilitou a sua orgânica integração no tecido urbano envolvente, que conhecia então profunda reestruturação com a abertura duma avenida. De traçado recto e avançando tangente ao mosteiro, através do antigo tecido, esta via rematava simbolicamente na nova Câmara Municipal. Aparentemente simples, o gesto que produziu este traçado regulador e regulamentador, em registo progressista e higienista, sobrepôs uma ordem abstracta sobre o caos e catalizou o futuro desenvolvimento da vila em direcção a norte.

Diferente destino tiveram as estruturas monásticas implantadas em território rural e afastadas de núcleos urbanos. Foi este o caso do antigo mosteiro feminino de Cástris, localizado nos arredores de Évora, apropriado pelo estado em Março de 1890 e tutelado pela 8.^a Região Agronómica de Évora. A desproporção entre as características e dimensões espaciais deste vasto conjunto e a função a que foi remetido provocaram a sua gradual ruína.

3.

Bastante degradados pela insuficiência de meios económicos e por uma certa passividade da tutela na sua conservação, a par com a ocupação lesiva a que eram sujeitos, os três mosteiros reflectiam a situação de inúmeros conjuntos arquitectónicos arruinados que vão sendo simbolicamente recuperados como monumentos, lugares de memória da nação.

Num primeiro momento, os três mosteiros cistercienses foram valorizados, não pela sua potencial condição patrimonial, mas pelo reconhecimento da qualidade construtiva e imponência do programa: em 1904 a repartição de Finanças de Évora entendia que "a igreja do suprimido Convento de S. Bento de Castris com quanto não seja um magestoso templo é todavia de sólida construção e de regular architectura"¹³ e a 3.^a repartição da Direcção Geral da Fazenda Pública caracterizava Lorvão como "...um amplo e sumptuoso edifício, que se impunha à admiração do traseunte"¹⁴; e já nos anos 60, uma apreciação algo ingénua de S. Bento de Cástris confirmava a longevidade das reverentes referências à antiguidade dos edifícios: "Entre as dezenas de Conventos que Évora possuía, uma havia que era o mais veterano, o mais idoso, cuja origem vai entroncar no alvorecer da Monarquia"¹⁵.

Efectivamente, esta eleição dos valores históricos e de antiguidade, recorrente durante o século XIX, resultava da capacidade dos monumentos, quais marcos ou padrões históricos da nação, materializarem factos importantes o que os transformou em instrumentos pedagógicos e portadores de valores moralísticos em tudo estranhos à sua substância física.

Quanto aos valores de ordem artística ou histórico-artística, só mais recentemente e na dependência da evolução do conhecimento e dos enfoques historiográficos foram associados aos mosteiros.

Dos três mosteiros aqui abordados foi o de Lorvão o que conheceu a mais antiga menção como monumento ao ser inscrito no *Relatório e mappa...*¹⁶, redigido em 1880 que, justificando a selecção, referia que "Não obstante achar-se desfigurada da sua fábrica primitiva pelas diferentes reedificações que tem tido, deverá conservar-se pelas muitas memorias historicas que lhe dizem respeito"¹⁷. Tanto Lorvão como Arouca figuraram na primeira lista de Monumentos Nacionais, publicada em Diário do Governo de Junho de 1910¹⁸. S. Bento de Cástris foi classificado somente em Julho de 1922, na sequência da acção de reconhecimento protagonizada pela associação de defesa do património "Grupo pró-Évora"¹⁹.

4.

A apropriação colectiva dos bens dos mosteiros de Arouca, Lorvão e Cástris realizou-se em grande parte pela ocupação funcional e prática dos edifícios, situação que não se verificou para aqueles que na altura foram considerados os padrões da história ou da arte nacional e que, esvaziados de conteúdos funcionais, se tornaram referências auto-suficientes na sua capacidade de simbolização e de significação e cuja condição patrimonial ultrapassava o valor de uso ou económico.

O reconhecimento pioneiro do Mosteiro da Batalha como Monumento Nacional, em 1837, a que se seguiu o não menos paradigmático restauro conduzido por Mousinho da Silveira constitui o ponto de partida para as intervenções de resgate de vários conjuntos conventuais, desenvolvidas entre a segunda metade de oitocentos e inícios de novecentos. De qualquer forma, a sistematização destas operações, tanto no que se refere à estabilização de metodologias de acção, ao enquadramento institucional e ao reforço de dotações orçamentais só conheceu efectiva concretização nos finais da década de 20, altura em que a consolidação do novo regime político reuniu condições para a criação da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, organismo do Ministério do Comércio e Comunicações criado em 1929 e responsável pela intervenção nos Monumentos Nacionais.

Razões diversas chamaram a atenção da DGEMN para a situação delicada que os esquecidos mosteiros de Arouca, Lorvão e Cástris, afastados dos recorrentes e memoriais caminhos do românico (ou duma mais abrangente Idade Média) nos quais se forjara a nação, atravessavam: um incên-

dio na ala sul do mosteiro de Arouca em 1935; o relato pelo Comércio do Porto em Fevereiro de 1932 de graves patologias estruturais em Lorvão; a denuncia pela Câmara Municipal de Évora do estado de ruína de S. Bento de Cástris.

Foi no âmbito da DGEMN que, durante várias décadas, se desenvolveram todas as intervenções de recuperação-transformação destes mosteiros. O paralelismo entre as três operações permite distinguir vários momentos de acção: uma primeira fase em que se desenvolveram tarefas urgentes de conservação e reparação de patologias graves; uma segunda que abrangeu a década de 40 e se estendeu até aos anos 60, durante a qual se avançou no sentido de reconstrução mais profunda dos edifícios e do seu recheio artístico (data deste período a realização de acções "integradas" de restauro de bens móveis como os retábulos em talha dourada, as pinturas em tela ou sobre rebocos, os orgãos, o mobiliário, etc.); por fim, a adaptação dos imóveis a novas funções e conseqüente transformação global não só das estruturas construídas como das cercas e da envolvente próxima, englobando intervenções de reestruturação do espaço urbano, executadas pela Direcção Geral dos Serviços Urbanos (DGSU).

A situação patrimonial destes monumentos, antes das intervenções, revelava-se bastante complexa no que se refere à tutela, propriedade, estado de conservação e utilização. Arouca assistiu às primeiras obras de reabilitação que mais não foram que uma pontual e muito reservada reparação distraidamente conduzida pelos arquitectos Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo. Apesar de ser reconhecido o estado de "confrangedora ruína"²⁰ do mosteiro, esta intervenção visou simplesmente a execução de acções de conservação ou reparação de danos, materializados em grande parte na revisão e recuperação cirúrgica de coberturas.

Em Lorvão, a par com a necessidade de realojamento das população para resgate do sector conventual, os mesmos arquitectos enfrentaram o desafio de estabilizar estruturalmente o cunhal norte da ábside, em situação de pré-ruptura pela cedência de fundações²¹, preconizando a construção de amplos contrafortes no topo ocidental do templo. Proporcionado pelo avanço das obras é mais tarde equacionada a possibilidade de reconstrução do claustro, através da reconstituição do porticado das galerias superiores. Não tendo sido condenado como falso, para a DGEMN esta, reconstituição mimética adquiria o valor conceptual do original. A técnica construtiva e a linguagem formal por si só garantiam o necessário

carácter de autenticidade, relegando para segundo plano o valor de autenticidade material e o carácter de antiguidade. Escapando a este critério de dissimulação, o inverosímil tecto plano rebocado das galerias térreas denunciava a sua estrutura interior em laje de betão armado²².

Como se verificou para o claustro de Lorvão, também no restauro de Cástris existiu uma opção de projecto mais interventiva, que procura a pacificação e reintegração da imagem geral do conjunto, propondo a demolição de anexos "que pelo seu actual aspecto perturbam a estrutura geral do claustro".

5.

Em 1939 todas as obras pararam por falta de dotações, situação justificável perante a prioridade que a reabilitação dos monumentos que integrariam as Comemorações Centenárias assumiam então. Dificilmente Cástris, Arouca ou Lorvão poderiam competir com o prestígio e visibilidade de edifícios como Paço de Guimarães, o castelo de S: Jorge, as Sés do Porto e de Braga, todos eles objecto de intervenções de registo maximalista e para onde eram canalizados os esforços financeiros dos "Monumentos Nacionais". Relativamente aos monumentos de carácter claustral, os grandes investimentos eram dirigidos para a Batalha e os Jerónimos ou, mais parcamente, para Tomar e Alcobça.

Mas, em 1941 novo acidente, reforçado pelo apelo lançado pelo jornal "Defesa de Arouca", colocou definitivamente o mosteiro nos mapas das preocupações de longínquos organismos centrais, integrando-o num lote constituído por outros imóveis nortenhos, também afectados pelo violento ciclone e que, senão pelo merecimento, pela força da quantidade, lograram moldar os inultrapassáveis orçamentos que viriam a dar suporte à acção. Nessa altura Joaquim Areal substituíra Rogério de Azevedo na coordenação dos trabalhos mas a fiel presença do empreiteiro António Domingos Esteves, responsável pelas obras concretizadas na década anterior, asseguraria a natural continuidade e qualidade das obras.

Três significativas dotações orçamentais foram decisivas para assegurar a continuidade e êxito dos trabalhos. A reconstrução fez-se aproveitando materiais e técnicas antigas, de que constituiu no entanto excepção a execução de frechais de cintamento em betão armado, prática já corrente no seio dos "Monumentos Nacionais". Na zona ardida da ala sul foi integrado um pavimento intermédio construído igualmente em betão armado.

Um relatório apresentado por Joaquim Areal em 1946 apontava ainda a necessidade de realização de grandes trabalhos de restauro/reconstrução que, ultrapassando as simples reparações de telhados, abordassem a reconstrução do resto dos telhados, de todos os pavimentos e de tectos e ainda a substituição dos revestimentos em reboco e da quase globalidade das portas e caixilharias.

Foi nesta altura que se equacionou a possibilidade de restauro completo do edifício no sentido de concluir os sectores que ficaram incompletos aquando da extinção do convento bem como de partes arruinadas por ocupações nocivas. O projecto realizado pelo arquitecto Alberto Silva Bessa, em 1948, preconizava reconstrução completa do edifício, compreendendo, a conclusão das obras já iniciadas e o restauro de partes degradadas, surge no ano seguinte a primeira proposta para conclusão das alas em falta no claustro e dos espaços anexos (corpo intermédio e pátio norte)²³, uma parte do conjunto que apresentava uma insólita e falsa imagem de ruína, quando não eram mais que o resultado de um impasse no curso dos acontecimentos e que, na perspectiva racionalista e funcionalista dos arquitectos dos "Monumentos" urgia apagar pelo retomar revivalista do fio da história. Seguindo os indícios contidos nas estruturas incompletas, o desenho das novas fachadas baseou-se em princípios de analogia compositiva e formal com elementos existentes, sendo frequente a reutilização de cantarias retiradas de outras zonas do mosteiro.

No programa de intervenção datado de Maio de 1951, Alberto Bessa apontava que "os trabalhos [...] são ainda considerados uma fase do restauro e beneficiação dêste Monumento, sem prejuízo das obras previstas para a sua futura aplicação [...]"²⁴. Esta tentativa de planificar as acções no quadro duma absoluta neutralidade funcional dos edifícios enquadrou igualmente as intervenções em Lorvão e em S. Bento de Cástris²⁵. Tornou-se no entanto cada vez mais significativa a pressão exercida pelas técnicas junto do director-geral e do próprio ministro das Obras Públicas no sentido de se definir rapidamente o destino funcional dos imóveis²⁶.

A partir de 1943 e prolongando-se por toda a década, os trabalhos empreendidos em Lorvão procuraram reparar os danos estruturais e as fendilhações que o movimento das fundações junto à cabeceira da igreja provocou ao nível das abóbadas do transepto e da cúpula. A operação, coordenada pelo arquitecto Amoroso Lopes (da secção de Coimbra da DGEMN) e executada pelo empreiteiro Manuel de Jesus Cardoso, obrigou

ao total desmonte das cantarias desta zona do templo, permitindo a construção de fortes cintamentos de betão armado e da globalidade da cúpula, transformada num monolito do mesmo material.

Concluídos estes trabalhos bem como a recuperação de toda a envolvente do templo no que se refere a paredes, coberturas e vãos, as obras avançam para a recuperação dos conjuntos retabulares, pinturas e esculturas que integravam o espaço interior e que tinham sido desmontados e retirados para facilitar a reconstrução das abóbadas. A abordagem das várias tipologias de peças²⁷, de materiais e de suportes, seguiu métodos já experimentados que prestavam reduzida atenção à especificidade dos objectos artísticos e à necessidade de os conhecer antes de agir. Preconizou-se o recurso a processos expeditos que, aspirando ao resultado rápido e económico e apelando ao sentido visual, desvalorizam na íntegra a substância material das peças. No geral, as madeiras entalhadas e douradas foram recuperadas empregando folha de "ouro de imitação", os azulejos eram sistematicamente substituídos por cópias, as pinturas decorativas recebiam excessivos e pouco convincentes repintes²⁸.

Em S. Bento de Cástris as obras retomaram em 1942, permitindo concretizar o plano de 37 esboçado por Humberto Reis que tinha como "objectivo a reintegração do Monumento à face da estrutura arruinada"²⁹.

O edificio caracterizava-se pela sobreposição de elementos construtivos estrutural e cronologicamente dispare, resultado de diferentes fases de crescimento a partir de um núcleo claustral. A compacidade do organismo era contrariada somente pelo corpo da enfermaria que se lançava linearmente para norte. Para os arquitectos, o significado artístico do monumento residia precisamente na coerente integração visual das inúmeras transformações construtivas de larga diacronia. Esta valorização do dado perceptivo e da imagem puro-visual panorâmica absorvia o conceito de pitoresco, qualificação já antes atribuída por Baltazar de Castro³⁰.

O grau de integridade física dos vários elementos arquitectónicos facilitou o projecto de intervenção, possibilitando o recurso a operações simples de demolição das mais recentes transformações e de colmatação de lacunas por analogia formal no desentaipamento de janelas e loggie voltadas ao claustro e na reconstrução de grelhas em tijolo, de registo vernacular³¹.

Contrariamente à opção tomada em Arouca de conclusão/reintegração do núcleo do claustro, aqui aceitou-se o confronto de dois sistemas formais e estilísticos, pela preservação da ala oitocentista de piso único.

6.

Transformações conjunturais ocorridas após as Comemorações Centenárias de 1940 permitiram lançar novo olhar sobre o largo fundo patrimonial de imóveis abandonados que pontuavam ainda o território nacional. Um processo que, espelhando em parte o que acontecera um século antes no rescaldo das desamortizações de 1834, procurava integrar em alguns dos grandes complexos monásticos funções de índole laica e assim resgatá-los para a sociedade civil, carente de imóveis para instalar modernas instituições públicas. Reafirmando a imagem tão propagandeada de regime político "restaurador" (em que restauração se aplicava não só ao passado mas se concretizava no presente e projectava-se no futuro, na senda do mito do progresso) o governo encontrava justificação para a dispendiosa integração dos mosteiros. E assim Arouca viu-se entregue a uma comunidade de Padres Salesianos³² que conviveram com o museu pré-existente³³, enquanto Lorvão e S. Bento de Cástris recebiam programas de carácter assistencial³⁴.

Embora o valor de uso não defina a qualidade patrimonial de um objecto (mais dependente dos valores simbólicos, históricos e artísticos), é inerente à sua condição de arquitectura e determinante na avaliação da capacidade de assumir activos papéis na vida social e cultural da nação. Para a DGEMN a perda de função dos três monumentos imprimiu um sentido de destruição que deveria ser contrariado com a definição duma utilidade social para os mesmos³⁵. A escolha dum conjunto de ocupações e usos para os mosteiros resolveu um dos grandes problemas com que se defrontavam os técnicos da DGEMN: o de encontrar motivações e objectivos que suportassem o programa de restauro estilístico do monumento - e garantiu a reunião de consensos que concretizaram um notável incremento das dotações orçamentais dos trabalhos de restauro, alongados por várias décadas e responsáveis pela significativa metamorfose da imagem dos edifícios e do seu carácter formal e construtivo.

Na sequência da autorização de instalação de um colégio de Padres Salesianos no mosteiro de Arouca, e após a concretização do levantamento gráfico do edifício³⁶, foi apresentado em 1949 o projecto de transformação do imóvel, da autoria do arquitecto Joaquim A. dos Santos Alves, a que se sucederam os complementares projectos de especialidades. Seguiu-se um notável incremento nas dotações orçamentais que tornariam esta obra um dos maiores estaleiros da altura, por forma a responder ao extenso e

ambicioso programa³⁷ que previa a transformação de um vasto sector do mosteiro, e que equacionava também uma ocupação mais global que incluísse edifícios anexos como a Botica e parte dos terrenos da cerca.

Alguns prudência na abordagem projectual, garantida pelo reconhecimento de valores arquitectónicos (ou, mais genericamente, patrimoniais) no monumento, terão obviado destruições de elementos ou metamorfoses de espaços excessivamente profundas e que a vocação abrangente e autoritária do programa fornecido pelos Salesianos parecia implicar. Esta postura crítica encontra-se bem expressa nos vários projectos de intervenção, como testemunham as memórias descritivas dos projectos de "Adaptação a Instituto Salesiano" datados de 1949 - "relativamente ao estudo de adaptação, teve-se em vista que a sua execução, não venha a alterar profundamente a estrutura geral do Convento, o que a dar-se implicaria na sua desvalorização. Deste modo afigura-se-nos a possibilidade de se conseguir uma adaptação capaz sem prejuízo para a feição primitiva do Monumento"³⁸ - e de 1954 - "pela análise deste programa verifica-se que por agora, não foi prevista a adaptação dos antigos locutórios, dispostos no rés-do-chão do corpo Poente, os quais como elementos característicos que são, não devem suportar qualquer alteração da sua traça, motivo que certamente levou a considerar, para aplicação futura, segundo as condições que então se oferecerem. Estão igualmente nesta situação as dependências do torreão a sul"³⁹. As acções construtivas e projectuais avançaram assim no sentido da gradual integração dos interesses presentes, encontrando em tentativas sucessivas a síntese possível entre as exigências dos Salesianos e as necessidades do mosteiro⁴⁰, que não obviou, no entanto, a interrupção da continuidade orgânica entre os vários sectores do edifício agora dividido por subversivos tabiques.

Idêntica motivação parece, pelo menos num primeiro momento, ter orientado o projecto para adaptação do mosteiro de Lorvão a "colónia agrícola psiquiátrica", cujo programa⁴¹ apresentava evidentes dificuldades de implantação dentro da estrutura rígida do antigo dormitório, o que poderia levar a que a intervenção ficasse mais cara que a construção de um edifício ex novo. Abandonada a intenção de definir grandes enfermarias através da reestruturação completa do espaço interior, optou-se pela preservação das antigas celas, remetendo para os corredores funções que implicassem espaços maiores, caso dos refeitórios. Amoroso Lopes, autor do projecto, considerava que esta solução "...satisfaz as condições a

que o edifício deverá obedecer ao mesmo tempo que permite o seu aproveitamento dentro das suas características arquitectónicas e conduz ainda a uma realização construtiva mais económica⁴².

Por fim, o depoimento do arquitecto Rui Couto contido no projecto de "Instalação da secção masculina da Casa Pia no convento de S. Bento de Cástris", "elaborado de acordo com o programa da Provedoria da Casa Pia de Lisboa e tendo em conta também o valor arquitectónico da estrutura própria daquele monumento nacional"⁴³, bem como o parecer do Conselho Superior das obras Públicas em relação ao mesmo projecto: "a expressão arquitectural de S. Bento de Castriz não é desvirtuada com as alterações introduzidas, mantendo a mesma maquete exterior que actualmente a caracteriza"⁴⁴.

Em Arouca, a intervenção seguiu três orientações diferenciadas que visavam a integração do colégio, a ampliação do museu e a conclusão do claustro.

As obras previstas coincidiram, no geral, com o já delineado e parcialmente concretizado restauro do mosteiro, obrigando no entanto a acções mais específicas que permitissem a instalação de salas de aula e dormitórios colectivos (o que determinou a fusão de algumas celas), a construção dos sanitários, da cozinha, copa e refeitório, etc. A utilização do piso térreo como refeitório, cozinha e copa motivou o rebaixamento das soleiras dos postigos da fachada sul para ampliação desses vãos bem como a construção de uma chaminé nova. A criação de instalações dimensionadas para as necessidades do colégio implicou o reforço dos sistemas de drenagem e distribuição de água bem como das redes de electricidade e de bocas de indêncio (trabalhos realizados nas empreitadas de 1961 a 1967). As obras de restauro dos locutórios (compreendendo a execução dos pavimentos e colocação de grelhas de madeira) e da botica prolongaram-se até 1968, pelo que só então estes espaços foram entregues aos Salesianos, apesar do colégio se encontrar a funcionar desde Outubro de 1960.

No interiore do mosteiro foram refeitos todos os revestimentos de paredes, pavimentos⁴⁵ e tectos, processo que conduziu à quase completa homogeneização destas superfícies. Desde 1952 que a DGEMN vinha colocando a "tradicional" tijoleira prensada vermelha em substituição de soalho nos pavimentos sobre abobadilhas, embora tenha procurado manter em alguns espaços o soalho pré-existente (por exemplo, no corpo norte do museu).

Já na reconstrução dos tectos de madeira formando caixotões ou em solução de maceira, os técnicos procuraram, sempre que possível, a preservação ou recuperação das formas primitivas. Esta metodologia encontrou, no entanto fortes limitações em situações de profunda transformação dos espaços ou dos sistemas construtivos, como foi o caso, por exemplo, de várias das celas dos dormitórios sul e poente.

Em 1957, dando concretização à vontade do Ministro das Obras Públicas, foi encetada a ampliação do Museu de Arte Sacra, instalado na ala norte do mosteiro. As obras, apoiadas pelo projecto elaborado por Alberto Bessa⁴⁶, começaram logo no ano seguinte. Em 1960, a Irmandade da Rainha Santa Mafalda, instituição que tutelava o Museu, solicitou que a sua ampliação se fizesse sobre parte da ala poente do edifício, encetando negociações com os Padres Salesianos por forma a acordar a divisão deste corpo entre eles. Nesta altura, os trabalhos consistiram em grande parte na substituição de caixilharias e na demolição das paredes divisórias das celas com objectivo de se obterem espaços maiores, o que obrigou à reconstrução integral dos respectivos tectos. Grande parte das estruturas dos pavimentos foram substituídos por lajes de betão armado.

716

Em 1962, um projecto do arquitecto Bessa procurava articular o restauro em curso na zona de igreja e coro com a intervenção de instalação do museu⁴⁷, aspecto premente, por um lado, para a concretização do ambicionado percurso de visita ao monumento⁴⁸ e, por outro, porque o acesso ao museu se efectuava através das escadas que ligavam o coro com o dormitório norte. Os trabalhos arrastaram-se por algum tempo e somente no início de 70, após a construção de laje de betão sobre o tecto do último piso da ala norte, que mantinha ainda a velha estrutura de barrotes⁴⁹, se concretizou o projecto expositivo, concebido por José da Silva Marques. As obras de construção das alas em falta do claustro, dada a dimensão do investimento necessário a tal empreitada só arrancaram em 1958, após intervenção pessoal do ministro das obras públicas, Arantes e Oliveira⁵⁰. A pertinência da conclusão do claustro infere-se da memória descritiva do projecto de Abril de 1963, onde se referia ser "aquêlê uma das principais peças de interesse para o Convento pois juntamente com a Igreja e Sala do Capítulo formam o mais belo conjunto architectónico dêste grandioso Monumento pelos seus elementos componentes"⁵¹.

A intervenção no mosteiro de Lorvão foi programada pelo próprio ministro das obras públicas, Cancela de Abreu que, na sequência da visi-

ta ao local, definiu uma tripla abordagem ao problema: a continuação dos trabalhos de restauro da igreja, do claustro e da ala da enfermaria (onde se previa a instalação no piso térreo da residência paroquial e dos Correios), a construção de um bairro para realojamento das famílias que ocupavam a ala do dormitório bem como duma nova escola que permitisse libertar o antigo hospício e, por fim, a elaboração do projecto global de restauro "logo que se resolvam definitivamente a utilização de interesse público que lhe deve ser dado"⁵². Sem dúvida, um significativo conjunto de acções, no contexto de um aglomerado quase cristalizado e que nunca conhecera tão intensa obra pública, desenvolvida por diferentes instituições centrais em coordenação: DGEMN (restauro e transformação do imóvel), DGSU (execução da rede de saneamento, do novo bairro social e da escola) e Junta autónoma de Estradas (construção de novos acessos à vila).

O projecto de adaptação a Asilo Colónia Arícola Psiquiátrica, realizado por Amoroso Lopes em Setembro de 1953 previa, em resposta às exigências programáticas, a ampliação do imóvel pela construção de duas novas alas. Estas reproduziam a volumetria de corpos desaparecidos do antigo mosteiro mas assumiam processos construtivos actualizados pelo uso da estrutura porticada em betão armado com preenchimento em tijolo.

A aparente contemporaneidade da solução - camuflada sob peças de cantaria que repetiam a forma e estrutura dos vãos das outras alas do mosteiro - não foi capaz de ultrapassar o sistema de referência de ordem essencialmente formal e visual que assentava na reprodução imediata ou numa mais difusa inspiração em elementos estilísticos pré-existentes, caindo numa colagem eclética de um neo-barroco esterilizado, como se depreende de algumas soluções (como as trapeiras da fachada sul do dormitório grande que, originalmente idênticas às da fachada oposta, foram bastante simplificadas).

Decalcando as coordenadas teóricas desenvolvidas na reconstituição dos corpos internos de Arouca, estes restauros demonstram que o conceito de unidade gramatical, que muitas vezes informou o restauro de monumentos medievais, seria válido também no contexto de conjuntos construídos na época moderna. A reintegração era realizada por analogia formal, recorrendo ao método comparado e à noção de estilo como um sistema global que permitia identificar as regras formais das diferentes partes, organicamente referenciadas ao todo.

O alinhamento dos novos volumes pelo traçado da antiga noviciaria resultou não numa tentativa de transposição crítica dos processos históricos de crescimento/metamorfose para o presente mas da imediatista e servilista mimese que se redimia na ilusão da busca da pureza passada. Também o conjunto de intenções, fixadas nas memórias descritivas e acima referidas, de evitar transformações profundas dos edifícios viu-se continuamente negado na prática. A realidade demonstrou que a construção dos equipamentos hospitalares implicou a demolição quase completa de todo o interior do corpo do dormitório e a sua reconstrução recorrendo a processos construtivos recentes baseados no emprego de estruturas de betão armado. O que realmente se procurava preservar eram a imagem pública do monumento, de valor essencialmente formal e a organização espacial, estruturada por critérios funcionais.

Muitos dos critérios presentes nos restauros de Arouca e Lorvão serão verificáveis na intervenção em Cástris, embora esta tenha sido menos violento que os anteriores ao nível da inserção do programa, o qual se ajustaria com raro equilíbrio ao organismo existente. O carácter de clausura e encerramento do convento e todos os rituais e liturgias que a sua estrutura procurou materializar ao longo dos séculos pareciam encontrar algum paralelo no sentido de isolamento e auto-referencialidade vivencial que regia o funcionamento do instituto de orfãos. O grupo, organicamente estruturado entre alunos/crianças, funcionários e director foi distribuído por espaços que respondiam já a uma comunidade rigidamente hierarquizada. A enfermaria antiga manteve o uso assistencial e o refeitório, a cozinha, os dormitórios, preservaram o carácter funcional.

A solução projectual para a ala nascente, onde se terão localizado as cozinhas e o paço da abadessa e que se apresentava completamente arruinada, confirma mais uma vez a tendência dos "Monumentos Nacionais" em não valorizarem a ruína como objecto portador de um sentido estético próprio e o reconhecimento da impossibilidade de preservar o carácter de imperfeição e abandono do qual a ruína tira o seu significado⁵³.

Preconizando a construção de um novo corpo para encerramento do sistema claustral fizeram quase total tábuia rasa de todos os restos de muros sem procurar perceber o que o edifício fora. O seu volume prismático seguia um alinhamento novo mas volumetricamente ajustado à pré-existência. A uma primeira solução, submetida a planimetria ortogonal seguiu-se nova proposta, que embora preservando da primeira a ideia da

quebra do plano do alçado, abandonava a rigidez geométrica, encontrando nos restos dos muros da antiga cozinha, motivação para seguir diferente alinhamento.

Embora submetido a exigentes tentativas de rigor na formulação das formas, este projecto de restauro enquadrava-se nas ideias estéticas do momento da sua concepção as quais ditaram aspectos como a simplificação e estruturação dos volumes, a ausência de pormenores, a marcação "funcionalista" da nova entrada e da escadaria, através de uma grande janela.

Na fachada poente, respondendo a necessidades de iluminação interior e à vontade de eliminar grandes vãos extemporaneamente abertos no piso térreo, corrigiram-se distorções e reconduziu-se todo o desenho ao código idealizado que se observa na fachada oposta.

7.

Produto de ideias rapidamente desenvolvidas num quadro de simplificação dos dados e condicionantes e de reduzida investigação histórica ou formal, os estudos de projecto para os três monumentos não conheceram grande desenvolvimento de pormenorização, remetendo para a obra a resolução directa dos problemas construtivos e formais. A prática de adjudicações parciais e sucessivas permitiam a constante revisão dos planos, essencial num universo onde o imprevisto era regra⁵⁴. A própria irregularidade de atribuição de verbas para os trabalhos implicavam atrasos e interrupções.

A actividade construtiva, determinada por critérios pragmáticos de eficiência, de facilidade de aplicação e de execução em detrimento do domínio artístico do desenho e da linguagem da construção era pouco individualizada e personalizada⁵⁵. Explica-se assim a tendência para a repetição duma mesma solução e a dificuldade em estabelecer autorias. Entre os autores dos vários projectos de intervenção nos mosteiros foram identificados laços profissionais fortes. Efectivamente, os trabalhos em Arouca e em Lorvão foram iniciados por Baltazar de Castro e Rogério de Azevedo, arquitectos da secção Norte da DGEMN, a mesma onde Humberto Reis estagiara antes de se instalar em Évora e de coordenar a intervenção em S. Bento de Cástris.

Por outro lado, a simultaneidade dos trabalhos de restauro nos diferentes monumentos conduzia a um processo tendente à homologação de

soluções, facto explicável pela existência de empreiteiros que lentamente se especializaram em intervenções de restauro, o que contribuiu para assegurar a existência e a formação de um corpo de operários e justificou também a longevidade dos procedimentos técnicos e construtivos. Entre outros, os empreiteiros portuenses António Domingues Esteves e Saul de Oliveira Esteves participaram, durante as décadas de 30 e 40, nos três restauros abordados.

A especialização do trabalho era clara, reservando-se normalmente os procedimentos mais exigentes, em termos de qualidade de execução ou de criatividade para técnicos com formação superior (a encomenda de serviços externos de levantamento ou projecto a arquitectos ou engenheiros foi frequente em todos os restauros⁵⁶). Na década de quarenta assinou-se o alargamento da acção de restauro a outras áreas, como a pintura sobre tela ou reboco, obras em talha ou orgãos.

8.

Os monumentos existem em referência a contextos rurais ou urbanos onde concretizam a sua dimensão social e cultural e contribuem não só para definir a estrutura deste espaço envolvente ou, pelo contrário, serem influenciados por esta. A atenção relativamente ao contexto enquanto território existencial do monumento, na sua indefinida delimitação espacial, deve-se à consagração do valor patrimonial do objeto arquitectónico. Até meados do século a DGEMN submetia a envolvente dos monumentos à mesma concepção intemporal e abstracta de coerência estilística que caracterizava a acção projectual sobre os imóveis patrimoniais. No caso presente dos mosteiros cistercienses, o processo revela-se mais complexo pois na envolvente dos edifícios regulares, ou melhor, no âmbito das cercas monásticas, encontramos um conjunto de construções de apoio, terreiros e espaços agrícolas cuja tutela se encontra à disposição dos "Monumentos Nacionais". Do conjunto de acções de gestão e projecto desenvolvidas para estes territórios contam-se a ocupação dos terrenos da cerca, a reabilitação dos edifícios, terreiros, muros e estruturas de irrigação, a definição de planos de urbanos para a envolvente ou o estabelecimento de zonas de protecção.

A DGEMN considerava a cerca de Arouca fora da sua tutela, pelo que, à excepção da tentativa de demolição das ramadas que tapavam as facha-

das, apresentada em 1935, reduziu as suas intervenções aos espaços e edifícios que confrontavam directamente com o mosteiro. Entre as acções desenvolvidas, destaquem-se a drenagem dos terrenos (para evitar infiltrações por capilaridade ao longo das paredes), a modelação do terreno exterior com muros de contenção de terras permitindo afastar o solo das fachadas e baixar ligeiramente nível de águas, a conservação do edifício da Botica e demolição da antiga "Casa do Bacalhau" e o restauro parcial do muro da cerca, sujeito a cíclicos danos por acidentes ou vandalismos. O desinteresse a que foi votada a Capela de S. Luzia, implantada num ponto alto da cerca, não estava isento de alguns problemas de consciência em relação à sua integridade⁵⁷. Porém, apesar de Alberto Bessa ter realizado um projecto para "alguns trabalhos de restauro da capela da cerca [...]"⁵⁸, nenhuma intervenção foi aqui concretizada.

Arouca conheceu planos de reestruturação da sua envolvente urbana, desenvolvidos por indicação do Ministro das Obras Públicas em Dezembro de 1957 sob coordenação de Alberto Bessa. O estudo preconizava a demolição do hospital (antiga casa dos Piores ou hospício) e de uma casa de habitação, localizados no terreno fronteiro à fachada poente, voltada para um dos principais acessos à vila. De acordo com a memória descritiva, "[...] atendendo às desenvolvidas proporções da construção é necessário conseguir um desafoço proporcional às suas exigências, de modo a obter-se um enquadramento condigno"⁵⁹, acrescentando no plano para as expropriações datado de 60, que estava em causa "[...] não só melhor enquadramento das perspectivas do grandioso edifício, mas também a criação dum ajardinamento cuja falta há muito se faz sentir [...]"⁶⁰. Prática corrente no seio da DGEMN, a demolição de edifícios com objectivo de desafrontar monumentos, caracterizariam a maioria dos projectos elaborados nestes anos, expondo a coincidência dos conceitos de "renovação" do monumento e de "expropriação-destruição" do contexto. Esbarrando nos limitados orçamentos, a execução dos planos viu-se sucessivamente adiada e finalmente, quando a tutela do monumento passou para a Direcção Regional de Coimbra, cancelada.

Em Lorvão, grande parte da área da cerca foi dispersa por venda a particulares. A porção de terreno, de quase de dois hectares, que se manteve vinculado ao mosteiro, foi destinado a actividades terapêuticas complementares do hospital, de acordo com o programa para a Colónia Psiquiátrica desenhado por Bissaya Barreto em 61 no qual admitia a "pos-

sibilidade de ocupação de doentes em Ergoterapia agrícola, tanto mais que é dos meios campestres a origem de grande parte dos afectados mentalmente⁶¹. O terreiro foi transformado em jardim público aberto à povoação (embora mantendo o resto do antigo muro que continha o portal quinhentista), sendo atravessado pela via de acesso ao hospital, o que implicou o prolongamento da plataforma do adro até ao topo nascente da ala norte e a consequente demolição da fonte e da Casa do Forno Velho bem como o encanamento da ribeira. Vários muros de suporte permitiram modelar o terreno por forma a afastá-lo das fachadas oriental e sul do edifício. A pequena capela de S. António, a única que se preservou das cinco que definiam um percurso devocional no interior da cerca, recebeu obras de conservação efectuadas pela Colónia Agrícola, à margem de qualquer controlo por parte da DGEMN.

Em relação à antiga Casa dos Piores, de "características solarengas e clássicas" e ocupada há quase um século pela escola primária, foi reconhecido que reunia "as melhores condições para residências de familiares e de clínicos"⁶². A sua transformação concretizou-se entre 1960 e 1962.

A cerca de Cástris foi utilizada para fins agrícolas, vocação reconhecida por Vaz Martins em 1940 quando propôs a instalação da Casa Pia no mosteiro e reiterada em 1950 pelo programa de adaptação do mosteiro que previa, a construção duma vacaria modelo integrado um centro de inseminação artificial. O projecto, desde logo desenvolvido por Rui Couto encontrava numa pequena colina fronteira ao mosteiro o seu sítio de implantação. A relação com a envolvente imediata, a sua topografia e a estruturação por antigos caminhos e muros foi totalmente ignorada, como se desprende dos desenhos dos projectos. O objecto arquitectónico, pensado no contexto abstracto de um lugar isotrópico e plano recusava qualquer diálogo com o mosteiro que ultrapassasse a sua convivência neutra.

Apesar disso tinha algumas qualidades compositivas deste edifício que se perderam na solução definitiva, realizada alguns anos mais tarde, na qual Rui Couto recorreu a um esquema de organização rígido e simétrico que articula vários pavilhões cercando de um pátio e dos quais somente três foram construídos, já na década de 60. O recurso a linguagem e materiais de construção de raiz tradicionalista, que marcou também o arquitecto para o novo corpo do mosteiro, demonstra alguma coincidência de processos entre o projecto de um edifício de raiz ou a intervenção sobre arquitecturas patrimonialmente valorizadas.

As zonas de protecção aos três mosteiros⁶³, instituídas em complemento das respectivas acções de restauro, foram criadas nos primeiros anos da década de 60. A fixação das servidões administrativas procurava responder a objectivos de preservação de quadros físicos já consolidados que envolviam edifícios classificados, entendidos como elementos singulares. Relativamente à sua concepção prevaleciam critérios de criação de perspectivas privilegiadas para a contemplação passiva. Em Lorvão "fixou-se a zona de protecção tendo em atenção não só o acidentado do terreno como ainda a extensão da antiga cerca conventual (a Sul do Imóvel), tal que não torne possíveis construções realizadas sem contróle e que porventura venham a interferir com a silhueta do próprio imóvel."

Alberto da Silva Bessa, na Memória Descritiva do projecto para a Zona de Protecção do mosteiro de Arouca, apresentado em 31 de Marco de 1960, demonstrava a preocupação em "considerar para a denominada "zona de protecção" uma ampla superfície envolvente, com o fim de o defender de construções que pela sua traça arquitectónica possam prejudicar o seu enquadramento característico actual"⁶⁴. A servidão instituía assim um quadro neutro que devia valorizar visualmente o objecto monumental acentuando o seu carácter de excepcionalidade na imagem pelo isolamento físico em amplos espaços públicos. E embora englobando, dentro do seu traçado abstracto, os quarteirões que confrontavam com as fachadas urbanas do mosteiro, a Zona de Protecção deixava de fora parte importante da antiga cerca.

Também para Cástris, e a partir do reconhecimento de que "os terrenos que lhe pertencem constituem uma das mais interessantes propriedades rurais dos arredores de Évora", se estabeleceu uma "...larga zona de protecção que engloba toda a propriedade rústica anexa ao antigo convento e ainda alguns troços das propriedades vizinhas, pretendendo-se assim evitar qualquer modificação ou nova construção que prejudique o conjunto existente"⁶⁵.

9.

Os restauros dos mosteiros aqui analisados, em vários aspectos fecham um dos períodos de actuação dos "Monumentos Nacionais" no âmbito das grandes transformações e revitalizações, constituindo em simultâneo uma das mais mediáticas e bem sucedidas operações no que se refere à receptividade pela opinião pública.

Para além dos comentários de apoio lançados no interior da esfera institucional, caso do parecer do ministro das obras públicas que após visita às obras em Lorvão em 1957, referia poder "de facto considerar-se assegurada pela melhor forma a recuperação desta excelente peça do património histórico-monumental da nação" (13-1-57), foram inúmeros os elogios divulgados pelos aferentes e submetidos órgãos de informação: "Hoje os tempos são outros e a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais pôs cobro a muita desordem arquitectónica e tem evitado muito assassinio artístico. Antes tarde, que nunca."⁶⁶; "Há toda a conveniência no aproveitamento destes monumentos do passando destinando-lhes uma função de utilidade presente"⁶⁷.

No entanto, vozes discordantes surgiram relativamente às intervenções em Lorvão e em Arouca. No primeiro caso através do artigo publicado no jornal lisboeta "O Debate" de 11 de Abril de 1959, abordando a instalação do hospital de Lorvão, que desenhava argumentação de sinal saudosista buscando raízes no discurso oitocentista antirestaurador liderado por Ruskin, apontava as intangíveis ruínas dos mosteiros como "imorredoiros testemunhos do que Portugal é capaz de fazer na ordem temporal e espiritual quando consiga reencontrar os caminhos da sua tradição", acrescentando que "é triste sinal da miséria a que chegou a grei, ver reduzidas a Asilos para velhos, Mosteiros de foram altíssimos expoentes da Cultura Nacional, núcleos de intensa vida espiritual da Nação, alicerces sobre que se construiu a grandeza Pátria."

Em Arouca a constestação aberta, protagonizada pela população local e secundada pela Câmara Municipal, à intenção de reabilitação do antigo hospício assumida pelos arquitectos da Direcção Regional de Coimbra que recebera há pouco a tutela do monumento, retomou, agora com troca de posições, a desde sempre ambígua valorização deste edifício⁶⁸. Mas, de facto, no início da década de 70, sob o olhar de outros técnicos e enformada por diferente doutrina, a sensibilidade da DGEMN em relação ao edifício, que a Misericórdia denominava de "velho pardieiro", inverteu-se, sendo então reconhecida que, embora de "arquitectura simples mas correcta", o hospício tem "importância grande na definição do terreiro" e "tem ainda grande importância na leitura da monumentalidade do edifício Conventual. A supressão do Hospício aliado à vastidão do novo Parque destruiria esta escala do monumento relativa à sua envolvência próxima, da época".

Uma inédita sessão de esclarecimento realizada na Câmara Municipal⁶⁹ e patrocinada pelo director do serviço de monumentos Fernando Peres Guimarães que se fazia acompanhar pelos arquitectos Luis Amoroso Lopes e Luis Carneiro Amoroso Lopes conseguiu a anuência dos participantes e o seu apoio em relação ao projecto de restauro e abriu novas perspectivas de intervenção monumental. No contexto da jovem democracia que pugnava então pela afirmação de outros valores, referia então Peres Guimarães que "na verdade, todos nós estamos empreendendo um caminho novo, requerendo a adopção de novas soluções que vizem, entre outros aspectos, a obtenção da confiança e colaboração das populações, justamente traumatizadas e receosas pela longa permanência de uma situação política da qual se sentiam totalmente alheadas e na qual eram sistematicamente ignoradas."

A linha doutrinária implícita nos restauros dos mosteiros cistercienses de Arouca, Lorvão e Cástris, apesar de esgotada na capacidade de resposta aos desafios de novas intervenções, conheceu ainda alguma longevidade com os projectos para a construção das pousadas históricas, os quais, embora introduzindo novos temas programáticos, perseguiram a mesma imperturbável e confortável perfeição cenográfica da "feição nacional"⁷⁰.

Outros protagonistas, libertos do enclausuramento em que durante várias décadas viveram os arquitectos dos "Monumentos Nacionais" (para os quais o Congresso Nacional de Arquitectura de 1948 pouco terá significado e o Inquérito a Arquitectura Popular bem como a regulamentadora Carta de Veneza chegaram tarde demais) apontam caminhos de saída que marcarão durante décadas a abordagem da intervenção em conjuntos monásticos. Torna-se impossível não referir o paradigmático projecto de instalação de uma pousada no Convento de Santa Marinha da Costa, desenvolvido pelo arquitecto Fernando Távora num momento em que o passado deixa de ser interrogado como panaceia, para ser vivido na redescoberta do que somos.

¹ Cf. Herculano, Alexandre - *Scenas de um anno da minha vida e apontamentos de viagem*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1934, p. 174.

² Por iniciativa da Academia de Belas Artes de Lisboa que, desde 1837 recebeu várias tarefas ligadas à salvaguarda patrimonial, o fotógrafo Carlos Relvas, o arquitecto Alfredo de Andrade e o crítico de arte Francisco Rangel de Lima realizaram várias excursões, durante a década de 1870 com objectivo de preparar um inventário de imóveis com interesse artístico. Foi neste âmbito que visitaram, além de Lorvão, os mosteiros de S. Marcos e de Ceiça, os castelos de Vinhais e Bragança e as igrejas de Castro de Avelãs, Cedofeita e Leça do Balio.

³ No vasto terreiro situavam-se os aposentos dos criados, as cavalariças, as casas do forno e do alambique e a fonte pública.

⁴ Cf. Herculano, Alexandre - *Scenas de um anno da minha vida e apontamentos de viagem*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1934, p. 285.

⁵ A solução compositiva, se no geral, se encontrava suportada por rígida geometria ortogonal e regular, procurou assimilar a estratigrafia complexa formada por distintos conjuntos construtivos de larga diacronia e que os quase imperceptíveis desvios de alinhamentos dos paramentos voltados aos pátios internos denunciam. Sobressaindo do volume compacto dos dormitórios, algumas destas metamorfoses construtivas tomaram a forma de acrescentos (de unidades volumétricas e espaciais) e de sobreposições (de elementos plásticos), caso da Botica, casa do Bacalhau e de outros volumes anexos ao corpo principal do mosteiro.

⁶ O facto de celebrante e leigos acederem livremente à igreja determinou a criação de elementos de separação espacial e visual entre estes e as religiosas, o que solidificou a solução tipológica do coro fechado, construído no topo da nave ao altar-mor. Articulados linearmente segundo um eixo de composição especular orientado nascente a poente, estes espaços formavam três paralelepípedos que afirmam exteriormente a sua individualidade, apesar de envolvidos por corpos mais baixos que contêm as galerias laterais de circulação, os nichos dos altares e as sacristias. É precisamente um destes corpos laterais que se oferece à povoação, constituindo monumental fachada urbana estruturada por um sistema de pilastras, no centro do qual se implantava a porta de acesso público.

⁷ Submetido a uma organização cujo sentido que partia do mosteiro, neste pequeno território é possível distinguir neste pequeno território dois sectores: um espaço de cultivo formando ligeira pendente em direcção ao mosteiro e ocupado por várias construções de apoio e que, junto à igreja formava um cemitério privado); uma zona de topografia mais irregular e grandes diferenças de cota onde se desenvolve uma mata e se implantam capelas devocionais – situação em tudo idêntica a Lorvão.

⁸ Marcel Proust – *Em busca do tempo perdido*. Lisboa: Edição Livros do Brasil, 2001.

⁹ Retirado da carta dirigida a António de Serpa Pimentel, publicada em primeira edição no *Periódico dos Pobres* de 6 de Agosto de 1853.

¹⁰ O decreto que extinguiu e nacionalizou os bens dos institutos das ordens regulares foi assinado em 28 e publicado em 30 de Maio de 1834. A venda dos Bens Nacionais foi regulamentada pela Carta de Lei de 15 de Abril de 1835.

¹¹ Por determinação de Vicente Ferrer de Paiva em 1857, ministro dos negócios eclesiásticos e da justiça, foi realizado o inventário dos bens dos conventos por forma a impedir o desaparecimento dos espólios.

¹² Foi-lhe atribuída também o piso superior do claustro bem como a respectiva ala nascente e o logradouro e ainda as alfaias e objectos de culto da igreja.

¹³ Cf. Instituto dos Arquitevos Nacionais – Torre do Tombo - *Mosteiros Extintos*, IV/1/22(2).

¹⁴ Cf. Arquivo DGEMN – Convento de Lorvão, processo de obras. Documente 2 de Setembro de 1916.

¹⁵ Cf. *Notícias de Beja* de 27 de Agosto de 1960.

¹⁶ Cf. Relatório e mappa acerca dos edificios que devem ser considerados monumentos nacionaes; apresentados ao governo pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes em conformidade da portaria do ministerio das obras publicas de 24 de Outubro de 1880. Lisboa: Lallement freres, 1881.

¹⁷ Apesar de particulamente estimadas pelos intelectuais oitocentistas, não foram somente os edificios medievais os únicos a merecer lugar nesta listagem: dentro do grupo "1ª classe" encontravam-se edificios como a Basilica da Estrela, as igrejas de S. Vicente Fora e S. Roque e o Convento de Mafra, a par com exemplares medievais. Na categoria "2ª classe" encontramos o convento de S. Clara-a-Nova, de Coimbra (incluindo o túmulo da Rainha Santa), S. Engrácia de Lisboa, so mosteiros de Lorvão e

Serra do pilar ("é monumento da nossa história moderna") e o Hospital de S. António do Porto ("a sumptuosidade da sua fabrica da-lhe jus ao epitheto de monumento").

¹⁸ A classificação inclui o "Mosteiro de Arouca, compreendendo o tumulo de Santa Mafalda." Era frequente a incluir na classificação do templo a listagem de monumentos funerários de "heróis da história pátria" aí localizados, como se verificou para as igrejas de Lorvão, Odivelas, Santa Cruz de Coimbra, Jerónimos e Paço de Sousa.

¹⁹ A fundação do Grupo pró-Évora em 16 de Novembro de 1916 integrou um amplo movimento de criação de associações de protecção do património que, no final do século XIX e inícios do século XX, desenvolvem uma significativa acção em torno da temática da salvaguarda e protecção do património, tais como, a Sociedade Martins Sarmento, o Instituto Histórico do Minho, a Comissão de Vigilância e Guarda do Castelo da Feira, o Instituto de Coimbra ou a Liga dos Amigos do Castelo de Leiria. Embora estas associações tenham tido pouco papel em termos de intervenção de restauro dos imóveis, o grupo eborense foi responsável por algumas obras de conservação em monumentos, de entre as quais se conta S. Bento de Cástris, cujos trabalhos foram concretizados em 1925.

²⁰ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras: documento de 12 de Março de 1941.

²¹ Esta questão fora já abordada pela Direcção Geral das Obras Públicas e Minas na sequência da vistoria efectuada em 1916 pelo engenheiro Paulo Carvalho e Melo e novamente pela AGEMN em 1923, num contexto de grandes dificuldades orçamentais que levaram ao constante adiamento de qualquer programa de intervenção

²² Desde 1934 que se procedia à integração neste monumento de elementos em betão armado – lajes de pavimento, vigas e lintéis – nomeadamente nos trabalhos de reconstrução dos telhados.

²³ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras: memória descritiva do projecto "Diversos trabalhos de reconstrução de pavimentos em betão", por Manuel PintoCruz, 29 de Março de 1950.

²⁴ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras: memória descritiva do projecto por Alberto da Silva Bessa, 25 de Maio de 1951.

²⁵ Em Lorvão, de acordo com Amoroso Lopes, as obras "limitaram-se ao corpo do edifício que de momento não oferece quaisquer dúvidas quanto à sua forma definitiva, não sendo considerados aqueles que, em ruínas, necessitam de estudos prévios, quer quanto à sua futura aplicação como às formas de construção." Em Cástris é o próprio ministro das obras públicas que alinha pela mesma ideia quando limita o restauro às coberturas, enquanto não for obtido o programa de uso para o imóvel.

²⁶ No texto que acompanha o projecto de 1948, Bessa encontrou ainda oportunidade para lançar um dos grandes desafios colocados à global reabilitação do monumento: estabelecer-lhe uma função/utilização, acompanhado pelo estudo do respectivo programa de instalação. Cf. Arquivo DGEMN – Convento de Lorvão, processo de obras. Documento de 16 de Setembro de 1946.

²⁷ Incluía vários retábulos e outros elementos em talha, portas, janelas; rotulados e mobiliário de madeira; pinturas sobre tela ou estuque e órgãos de tubos.

²⁸ De salientar os trabalhos de restauro das pinturas das abóbadas da igreja de S. Bento de Cástris, realizados pelos "pintores decorativos" António Costa e Agostinho Cabral. O revestimento azulejar que, em forma de lambrim, envolve toda a nave, foi completado com dois novos painéis, colocados em preenchimento de lacunas nos braços do transepto, embora sem procurar responder a qualquer intenção de aplicar o princípio de notoriedade, se denunciam pela qualidade de execução.

²⁹ Cf. Arquivo DGEMN – Convento de S. Bento de Cástris, processo de obras. Documento do 5 de Fevereiro de 1944.

³⁰ Em 1936, no início das intervenções no monumento, Baltazar de Castro caracterizava-o como sendo "um dos Monumentos mais pitorescos e característicos daquela cidade". Cf. Arquivo DGEMN – Convento de S. Bento de Cástris, processo de obras. Documento do 13 de Março de 1936.

³¹ O emprego de grelhas em tijolo, comumente designada como "pombais" marcou outros restauros da secção sul dos "Monumentos Nacionais" como S. Clara de Évora e a Torre do Salvador na mesma cidade)

³² A introdução em Portugal dos Salesianos de D. Bosco no ano de 1940 insere-se num movimento mais amplo de reinstalação de várias ordens religiosas no país, possibilitada e mesmo incrementada durante o Estado Novo, passado o obstinado impedimento a qualquer recrudescimento da influência social da igreja que acompanhou governos liberais e republicanos. Esta congregação, que teve um desenvolvimento rápido pelo forte apoio estatal conseguido às suas acções de assistência, missiona-

ção e educação, conseguem que, em 1947, que lhes seja atribuída a ocupação do mosteiro de Arouca, cujas obras de adaptação a colégio seriam suportadas pelo orçamento de estado e coordenada pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais que procedia há já alguns anos ao restauro deste monumento.

³³ O pequeno "Museu Regional", herdeiro de grande parte do rico espólio do extinto mosteiro e tutelado pela Irmandade da Rainha Santa Mafalda, estava instalado no primeiro andar da ala norte do mosteiro e aberto ao público desde 1933. Aproveitando a dinâmica criada com as obras de restauro do edifício e o apoio do ministro das obras públicas, a Irmandade consegue ver concretizada a renovação e ampliação deste núcleo museológico por forma a obter condições expositivas mais favoráveis.

³⁴ A proposta para instalação da Casa Pia de Évora em Cástris, datada de 1940, deveu-se a Vaz Martins e mereceu concordância das várias partes. Para Lorvão, o director-geral da Fazenda Pública apresentou em Julho de 46 a possibilidade de integração de um Instituto de Reforma de Menores, ideia abandonada em favor da adaptação da hospital psiquiátrico, programa proposto pelo influente médico Bissaya Barreto, presidente da Junta Provincial da Beira Litoral e responsável pela implementação duma moderna rede de assistência no centro do país que incluiu vários hospitais e sanatórios. Para além de elaborar o programa do hospital de Lorvão, Barreto acompanhou interventivamente a realização do projecto e todas as obras de adaptação. Em paralelo, o Ministério da Educação Nacional solicitou à DGEMN a construção de um pequeno museu "tão necessário neste Imóvel, já que existem belas peças de alto valor artístico arrumadas em precárias condições, uma dependência designada por "Museu", mas que não reúne um mínimo de condições para tal". Cf. Arquivo DGEMN – Convento de Lorvão, processo de obras. Documento de 29 de Março de 1963.

³⁵ Este critério tem evidentes paralelismos com a posição defendida por Ramalho Ortigão cerca de cinquenta anos. Cf. ORTIGÃO, Ramalho - O culto da arte em Portugal. Lisboa: A. Maria Pereira, 1896

³⁶ O levantamento do edifício e a realização dos respectivos desenhos (plantas, cortes e alçados) foi encomendada em 1948 ao arquitecto Manuel Guilherme Rodrigues.

³⁷ O programa fornecido pela Sociedade Salesiana previa a criação de instalações para 200 alunos e 25 religiosos. Apontava a construção do refeitório e cozinha no piso térreo; as salas de aula, gabinetes da direcção, secretaria, biblioteca e instalações sanitárias no primeiro andar e, no último piso os dormitórios, a sala estudo, alguns quartos individuais e instalações sanitárias completas. Em 1962 os Padres Salesianos fazem nova exigência programática, solicitando agora a criação de um salão de actos, de uma capela e de recreio para os alunos.

³⁸ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras. Documento de 5 de Fevereiro de 1949.

³⁹ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras. Documento de 27 de Março de 1954.

⁴⁰ De entre os inúmeros projectos realizados com este fim contam-se cinco realizados por Alberto Silva Bessa (datados de 1949, 1954, 1955, 1956 e 1958) e as propostas pontuais de José da Silva Marques de 1961, 1962 e 1964.

⁴¹ O programa previa a ocupação da ala do dormitório com a secção de adultos reservando o piso térreo a oficinas e salas de apoio à ergoterapia, na ala da enfermaria ficaria a secção infantil. No conjunto criavam-se instalações para cerca de seiscentos doentes.

⁴² Cf. Arquivo DGEMN – Convento de Lorvão, processo de obras. Documento de 10 de Setembro de 1953.

⁴³ Cf. Cástris 26 de Dezembro de 1950. O programa definitivo apresentado em 1950 previa a instalação de cozinha e anexos, refeitório para 200 alunos e outro para pessoal; oficinas de tipografia, encadernação, alfaiataria e sapataria bem como oficinas exteriores de padaria, serralharia (para 30 alunos) e carpintaria (para 30 alunos), aulas internas de moral, 2 salas para instrução primária (45 alunos cada) e 2 salas aulas do curso complementar (para 30 alunos cada), sala de desenho (para 30 alunos), sala de música, dormitório para alunos e para pessoal, rouparia, serviços de saúde e serviços de secretaria.

No piso térreo ficaria o ginásio, as oficinas, o gabinete do padre director, a sala moral, a secretaria, a sala visitas, as zonas de higiene de roupas, a cozinha e o refeitório e as instalações sanitárias. No primeiro piso instalar-se-iam as aulas do ensino complementar, a sala de tratamentos e do enfermeiro e os quartos dos doentes, a sala de instrução primária, os dormitórios para 170 alunos. No 2º piso os dormitórios do pessoal, a rouparia, as aulas desenho, de música e instrução primária. No exterior a casa do director (localizada na antiga zona da capelania), o economato e despensa, a casa das máquinas, lavandaria, oficinas exteriores e a vacaria.

⁴⁴ Cf. Arquivo DGEMN – Convento de S. Bento de Cástris, processo de obras. Documento do 30 de maio de 1951.

⁴⁵ Os pavimentos, na sua maioria construídos com estrutura de madeira e preenchidos com soalho, foram em grande parte substituídos por lajes de betão ou de tijolo armado. Já no primeiro piso, onde o soalho apoiava sobre as abobadas de tijolo que cobriam os espaços térreos das alas norte, sul e nascente do mosteiro, a DGEMN procedeu ao enchimento do extradorso das abobadilhas por forma a obter uma superfície nivelada que constituísse suporte para o revestimento final dos pisos.

⁴⁶ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras. Documento de 23 de Janeiro de 1958.

⁴⁷ De acordo com a memmória descritiva das obras, procurava-se "valorizar o conjunto envolvente do coro e acesso ao Museu". Cf. Arouca 23 de Setembro de 1962.

⁴⁸ Este percurso seria possível se integrasse a visita de espaços com tutelas diferenciadas: a Comissão de Culto da Paróquia detinha os seguintes espaços: a igreja, os coros e ante-coros, o piso superior do claustro e a parte da ala nascente sobre a Sala do Capítulo (tradicionalmente designada "dormitório da Rainha Santa") enquanto a Irmandade da Rainha Santa Mafalda detinha: o piso inferior do claustro, a Sala do Capítulo, cozinha e refeitório e os corredores e celas do da ala norte. O núcleo museológico encontrava-se disperso entre o primeiro piso da ala norte e o claustro (secção de arqueologia). Por fim, a Portaria principal do mosteiro seria utilizada por todos os ocupantes do mosteiro.

⁴⁹ A justificação para a construção de lajes de betão armado devia-se à necessidade de incrementar a segurança contra incêndios (factor premente se considerarmos que o mosteiros sofrera já várias destruições por fogo, algumas delas com significativo impacto nas estruturas).

⁵⁰ Quatro anos antes Alberto da Silva Bessa havia já lançado o repto: "a conclusão das alas Norte e poente do claustro, impõe-se como uma necessidade para complemento do conjunto conventual, o que permite a sua utilização para uma zona de recreio espiritual" Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras. Documento de 27 de Março de 1954.

⁵¹ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras. Documento de 19 de Abril de 1963.

⁵² Cf. Arquivo DGEMN – Convento de Lorvão, processo de obras. Documento de 23 de Novembro de 1946.

⁵³ Também em Arouca e Lorvão se percebe a recusa da preservação de elementos arruinados. Relativamente ao corpo da enfermaria de Lorvão, é referido que "as ruínas que se adossam à fachada nascente desta ala Conventual serão totalmente demolidas, uma vez verificado o pouco interesse em as conservar ou qualquer possibilidade no seu reaproveitamento. De resto, sendo esta fachada a que primeiro se impõe para quem de Chelo desce para Lorvão, a impressão que nos causa é profundamente desagradável e daí o interesse em proceder à sua regularização". Cf. Arquivo DGEMN – Convento de Lorvão, processo de obras. Documento de 17 de Abril de 1952.

⁵⁴ Como se confirma num dos projectos para Lorvão: "[...] trabalhos estes que pela sua natureza especial só se podem definir concretamente á medida da sua realização." Cf. Arquivo DGEMN – Convento de Lorvão, processo de obras. Documento de 26 de Março de 1951.

⁵⁵ A simplificação das soluções construtivas na busca de maior economia de meios e de facilidade de execução dos trabalhos encontra-se bem expressa em relatos deixados pelos autores dos projectos que alegam "critérios de extrema simplicidade e o uso de materiais sóbrios" e defendem uma "construção o mais económica possível". Cf. Arquivo DGEMN – Convento de S. Bento de Cástris, processo de obras. Memória descritiva por Rui Couto do projecto de 17 de Setembro de 1958.

⁵⁶ Entre estes, a elaboração do projecto de adaptação dos mosteiro de Arouca em 1949 por Joaquim A. dos Santos Alves, os levantamentos gráficos de Lorvão por Jorge Baptista e mais tarde por Armando Martins ou o projecto de instalação eléctrica para o mesmo monumento por Alexandre Bobone em 52. Refira-se ainda a encomenda de serviços de fotografia a Francisco Ferreira.

⁵⁷ De facto, o apelo que Baltazar de Castro lança para o seu restauro na sequência dos danos que a capela sofre com o temporal que se abateu sobre a região em 1941 não tem consequências.

⁵⁸ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras. Documento de 30 de Abril de 1971.

⁵⁹ idem, Plano de desafogo de 27 de Dezembro de 1957.

⁶⁰ idem, Documento de 14 de Janeiro de 1960.

⁶¹ Cf. Arquivo DGEMN – Convento de Lorvão, processo de obras. Documento de 11 de Abril de 1961.

⁶² idem, Documento de 22 de Dezembro de 1959.

⁶³ O Decreto Lei nº 21875 de 18 de Novembro de 1932 indicava uma zona de protecção circular com raio de 50 metros para todos os Monumentos Nacionais, prevendo no entanto a possibilidade, quando necessário, de definição, pela DGEMN ou pela Junta Nacional da Educação, de sectores mais alargados, nos quais se distinguia uma zona non aedificandi e uma zona de protecção "ambiental".

⁶⁴ Cf. ADREMC – Mosteiro de Arouca, processo administrativo, 1960

⁶⁵ Cf. Arquivo DGEMN – Convento de S. Bento de Cástris, processo de obras. Memória descritiva por Rui Couto do projecto para a Zona de Protecção, 19 de Outubro de 1961.

⁶⁶ Reportagem do Notícias de Beja de 27 de Agosto de 1960 sobre o restauro de S. Bento de Cástris.

⁶⁷ Artigo publicado no jornal “Diário Ilustrado” de 15 de Janeiro de 1957, sobre obras em Lorvão.

⁶⁸ Desde os primeiros estudos para a envolvente do mosteiro que os técnicos dos “Monumentos” se decidem pela sua demolição por forma a libertar de construções que impedissem a percepção visual total das fachadas norte e poente, sendo as perspectivas frontais acentuadas pela abertura de um longo jardim/alameda. Contrariando a opção demolidora, surge a voz do jornal “Defesa de Arouca”, em artigo da edição de 2 de novembro de 1962 que solicita o restauro do edifício (cuja construção estatêgicamente atribuiu aos séculos XIII ou XIV) e sua adaptação a pousada – “como se tem feito em Espanha” – invocando a situação privilegiada do seu enquadramento no futuro parque lúdico que vai ocupar a antiga cerca do mosteiro. No entanto, esta proposta é desde logo rebatida pela DGEMN que reforça a sua intenção de o demolir, embora admitisse a construção da pousada se o edifício fosse deslocado para outro local. Nessa altura, a Câmara Municipal alinhava com a DGEMN no propósito de eliminar o Hospício para construir o parque, conseguindo o apoio da própria Misericórdia que então ocupava o imóvel.

⁶⁹ Cf. Arquivo DREMC – Convento de Arouca, processo de obras. Documento de 25 de Março de 1975.

⁷⁰ Atente-se nas intervenções das pousadas de



Fig. 1 - Vista geral antes das obras (c. 1935)

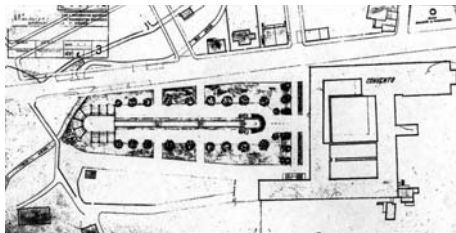


Fig. 4 - Projecto para a envolvente



Fig. 2 - O corpo intermédio antes das obras

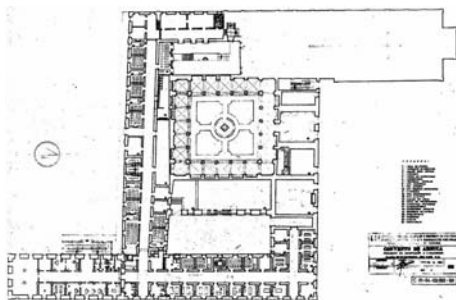
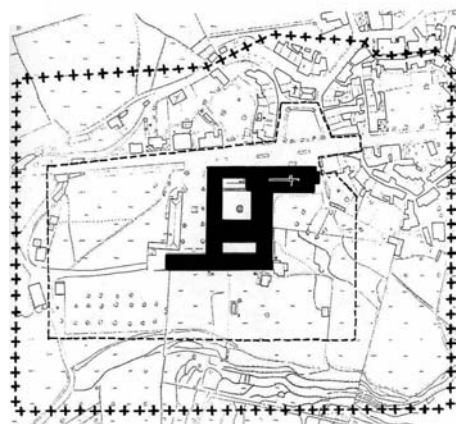


Fig. 5 - Projecto de adaptação a Colégio Salesiano, piso 2 (1953)



Fig. 3 - O claustro durante o restauro (1958)



Limite da Zona de Protecção
Área Vedada à Construção

Fig. 6 - Zona de protecção (1960)



Fig. 7 - Vista geral actual

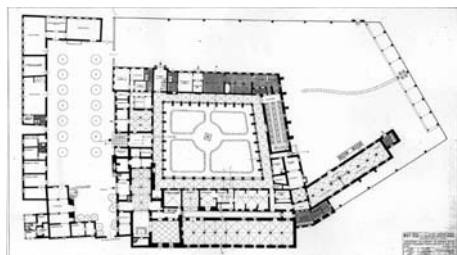


Fig. 11 - Projecto de instalação da Casa Pia (1951)



Fig. 8 - A ala nascente antes do restauro

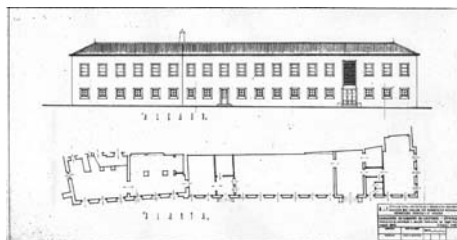


Fig. 12 - Segundo projecto para a ala Nascente (1951)



Fig. 9 - A ala nascente depois do restauro

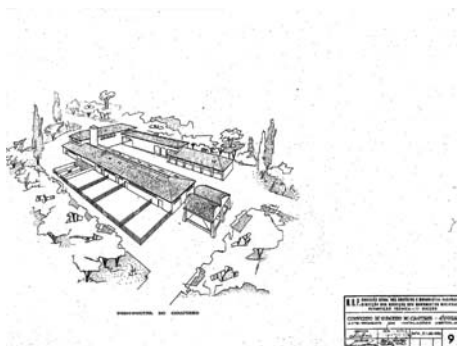


Fig. 13 - Primeiro projecto para a ala agrícola (1951)



Fig. 10 - Vista da ala agrícola



Fig. 14 - Vista geral antes do restauro (c. 1880)

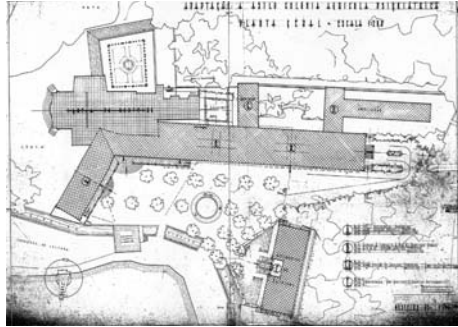


Fig. 17 - Projecto de adaptação a hospital psiquiátrico



Fig. 15 - A ala do dormitório antes das obras

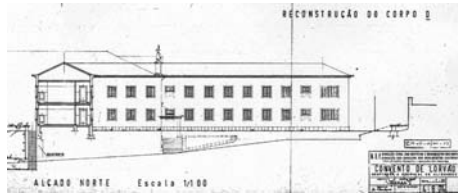


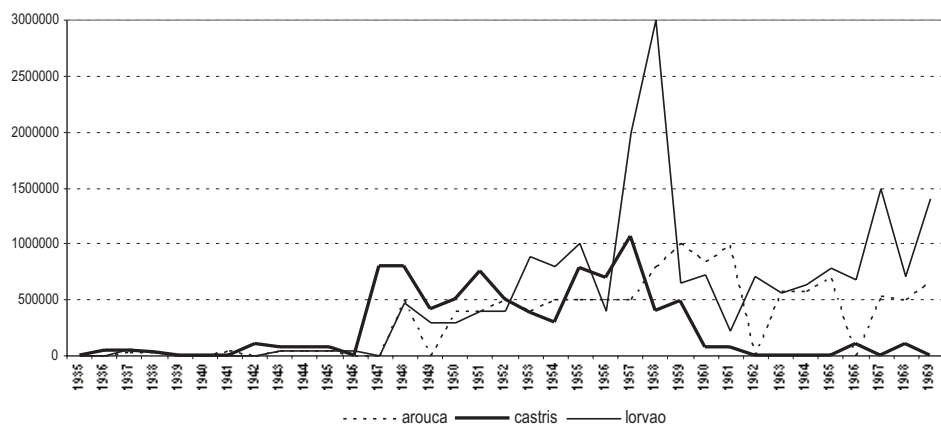
Fig. 18 - Alçado do novo corpo no local da antiga noviciária



Fig. 16 - Interior da ala do dormitório durante as obras



Fig. 19 - Alçado norte do mosteiro depois das obras



Dotações orçamentais para intervenções de restauro